

O Tribunal de Contas e as Eleições *

Paulo Henrique S. Câmara **

A imprensa nos últimos meses vem noticiando fatos envolvendo a Administração Municipal, notadamente as prefeituras, nas questões relativas a irregularidades nas aplicações dos recursos públicos. As matérias enfatizam os pedidos realizados pelo Ministério Público de afastamento dos respectivos gestores, responsáveis pelas ações de improbidade ocorridas.

Todos os fatos publicados foram frutos de um trabalho de parceria envolvendo o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e o Ministério Público Estadual na denominada “Operação Eleições” que, ao longo de cinco meses, realizou visitas frequentes aos municípios do Estado, no intuito de tentar coibir a utilização da máquina administrativa em favor de determinada candidatura. Ao longo do citado período foram encaminhados 182 processos ao Ministério Público, referentes a 114 municípios, onde se evidenciou a aplicação irregular de recursos da ordem de R\$ 13.000.000,00. Dessas ações resultaram os pedidos de afastamento de mais de 20 prefeitos.

No entanto, os números apontados refletem apenas parte do verdadeiro benefício da operação realizada. O fator inibição provocado pela presença permanente de nossas equipes de fiscalização é imensurável e dados coletados mostraram reduções significativas no número de empenhos emitidos e vários cancelamentos de licitações, sendo essa atuação preventiva nosso objetivo maior.

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco vem buscando uma maior aproximação com a socie-

dade e eficácia de suas decisões. Sua atuação no período eleitoral mostrou estar no caminho certo, destacando-se, dentre outras iniciativas, a instalação da Ouvidoria e a capacitação realizada em cerca de 6.000 cidadãos através de sua Escola de Contas Públicas. Mérito atribuído também aos seus servidores que, com a criação do Programa Tribunal Solidário, têm procurado participar desse processo ajudando pessoas carentes e usando seus conhecimentos profissionais em favor da coletividade.

Estamos a caminho de um novo milênio e os desafios a enfrentar serão muitos: a busca por uma Administração Pública eficiente, que atenda aos anseios da população, sempre estará presente nas metas daqueles que atuam na defesa do interesse público.

Reforçando esse propósito, recorremos às palavras de Graciliano Ramos, quando prefeito do Município de Palmeira dos Índios (AL), em seu relatório ao Governador: “Não pretendo levar ao público a idéia de que os meus empreendimentos tenham vulto. Sei perfeitamente que são miuçalhas. Mas afinal existem. E, comparados a outros ainda menores, demonstram que aqui pelo interior podem tentar-se coisas um pouco diferentes dessas invisíveis sem grande esforço de imaginação ou microscópio”.

* Artigo publicado na edição do Diário de Pernambuco de 29/12/2000

** *Auditor das Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco*